

**(Re)significações de Tempo-Espaço na Cidade:
Confrontos entre o Espaço Produzido e o Espaço Vivido em Belo Horizonte**

Autoria: Kary Emanuelle Reis Coimbra

Resumo

A realização da pesquisa se deu a partir do estudo de caso, em uma abordagem qualitativa, do Quarteirão do *Soul*, movimento social cujos membros se apropriam, física e simbolicamente, do centro de Belo Horizonte para dançar *soul music*. Assim, buscamos analisar de que forma os participantes do Movimento Quarteirão do *Soul* (re)significam os sentidos da distribuição espacial na cidade de Belo Horizonte. Nas análises, observamos que o Quarteirão do *Soul* destaca-se pela ressignificação de tempo e de espaço, onde o viver a cidade altera a dinâmica de um local para que seus participantes reafirmem sua identidade com a cultura *soul*.

Introdução

Nas palavras de Canclini (2002, p. 41), as cidades são “[...] cenários de gestão”. O estudo das cidades no *mainstream* dos estudos organizacionais tem como foco a análise da gestão e da distribuição de recursos dentro da configuração territorial urbana. De modo geral, o termo gestão diz respeito ao controle centralizado em relação a determinada organização social. Entretanto, o espaço urbano é, ainda, construído por atores sociais a partir de suas emoções e representações. Nessa perspectiva, “[...] o espaço deve ser considerado em função dos sujeitos sociais e de sua história que é, por sua vez, inscrita no espaço” (NOGUEIRA, 2009, p. 73). A cidade “[...] é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos’ que esse habitar em proximidade propicia” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Neste trabalho concentramos nosso estudo na cidade de Belo Horizonte por apresentar, hodiernamente, um cenário bastante intenso de apropriações do espaço urbano por grupos sociais populares no intuito de promover o lazer. Lemos (1994) destaca que ruas, praças, pátios de igreja, quadras esportivas, esquinas da periferia belo-horizontina e mesmo avenidas se tornam pontos de ocupação para manifestações culturais e de cidadania. Lugares, a princípio, não planejados para tais fins se transformam em festas, teatros, festivais, feiras, dentre outros eventos culturais que fazem com que cidade se transforme em espaço de representação. Em função da grande segregação social quanto à disponibilidade dos usos no espaço urbano, a população de classes sociais mais baixas encontra, por si só, modos de extrapolar as finalidades atribuídas aos espaços urbanos, recriando-os continuamente e transformando-os em seus territórios. Segundo Ribeiro (2008), as alterações espaciais surgem com a produção de novos espaços em Belo Horizonte, ou mesmo, com a reconfiguração de antigos locais a partir da apropriação seus espaços por determinados grupos sociais.

A realização da pesquisa se deu no sentido de analisar de que forma os participantes do Movimento Quarteirão do *Soul* (re)significam os sentidos da produção e da distribuição espacial na cidade de Belo Horizonte. O Quarteirão do *Soul* é um movimento social de rua cujos membros se apropriam, física e simbolicamente, do centro de Belo Horizonte para dançar *soul music*, inspirados nos bailes *soul* que ocorriam na década de 1970. Fundado em 2004, na Rua Goitacazes, o movimento ocorreu nesta rua até o ano de 2009, quando uma série de conflitos com os coabitantes do espaço desencadeou seu remanejamento para a Rua Santa Catarina, onde ocorre até os dias de hoje, nos dois últimos sábados de cada mês, entre 14 e 22 horas.

Este trabalho está estruturado em seis seções, a contar desta introdução. Na próxima seção apresentamos os elementos que configuram a gestão urbana e as formas como o espaço citadino é produzido. Na seção três, discutimos a teoria acerca da concepção da cidade em termos simbólicos e a vivência dos espaços por grupos sociais. Em seguida, apresentamos os elementos metodológicos na construção da pesquisa. Na quinta seção analisa-se a (re)significação do tempo-espaço urbano a partir da prática de territorialização do Movimento Quarteirão do *Soul*. Por fim, constroem-se as considerações finais da pesquisa e referências que fundamentaram o trabalho.

A gestão urbana e o espaço produzido

O estudo das cidades na ótica do *mainstream* dos estudos organizacionais tem como foco a análise da gestão e distribuição de recursos dentro da configuração territorial urbana. De acordo com Souza (2006, p. 45), sendo um termo oriundo da Administração, o conceito de gestão aplicado às cidades se expandiu para outras áreas, no Brasil, a partir dos anos 1980,

quando surgiram expressões como gestão urbana e gestão territorial. De modo geral, o termo gestão diz respeito ao controle centralizado em relação a determinada organização social.

No Século XVIII a estrutura urbana francesa constituía-se de um emaranhado de microterritórios heterogêneos. Ainda na segunda metade deste século o problema da unificação e centralização do poder urbano surgiu como uma necessidade de constituir a cidade como uma só unidade, organizada de modo coerente e homogêneo, sob a supervisão de um poder único, principalmente por razões econômicas e políticas. Com a indústria nascente, a cidade tornou-se o lugar do mercado, o lugar da produção e, nesse sentido, o desenvolvimento de uma gestão homogênea e coerente facilitaria as transações de ordem econômica. Paralelamente, também ganhava volume o operariado – que se tornaria mais à frente, no Século XIX, o proletariado; não era difícil prever a explosão de tensões políticas, principalmente com a evidente segmentação de grupos sociais (ricos e pobres; plebe e burguesia). Se até Século XVII a preocupação era com a eclosão de revoltas camponesas, no final do Século XVIII, ao contrário, as revoltas urbanas tornavam-se cada vez mais frequentes, o que favoreceu o argumento de que um Estado com poder político forte e centralizado controlaria de modo mais eficaz tais questões (FOUCAULT, 1979).

Foucault (1979) ressalta que, nesse momento, também surgiu o medo urbano, o medo da cidade, com angústias desencadeadas pelas dúvidas quanto aos processos de transformação urbanos no período industrial. O aumento da população oriunda do campo, concentrada para servir de força de trabalho nas fábricas emergentes trazia consigo doenças que resultariam em epidemias urbanas. Médicos e políticos, fortemente pressionados pela classe burguesa, intervieram com planos de urgência para conter as doenças, tendo criado normas para conter a população em suas casas. Nessas circunstâncias, foram criados os bairros, pequenas unidades organizativas que facilitariam o controle do sistema central. A medicina urbana dessa época tinha como objetivos: 1) “a análise das regiões de amontoamento, de confusão e de perigo no espaço urbano” (FOUCAULT, 1979, p. 90); 2) o controle e o estabelecimento de uma boa circulação da água e do ar” (FOUCAULT, 1979, p. 91); e 3) a organização das distribuições e sequências, isto é, a delimitação dos espaços comuns, os lugares de circulação. Percebe-se o caráter de exclusão de tais políticas, uma vez que os doentes deveriam ir embora para purificar os demais, ficando o poder político responsável por triar, separar, individualizar e vigiar os indivíduos. A centralização de poder surge, então, como mecanismo político-econômico e como instrumento de controle das ações da população de um dado território.

A execução de uma rede de circulação e desamontoamento das atividades na cidade é, portanto, um momento fundamental de constituição do urbano. O higienismo é a forma através da qual devem fluir os enunciados da nova realidade urbana, já que ele materializa, ao longo do século XIX, o desejo de transformação de um corpo doente num organismo sadio: o higienismo é a expressão da primeira forma de uma política de enquadramento e controle da cidade (PÉCHMAN, 2002, p. 389).

No Brasil do início do Século XX houve um momento semelhante. Em 1904, a cidade do Rio de Janeiro passava por um surto epidemiológico de febre amarela, varíola, malária, peste bubônica, entre outras doenças que chamaram a atenção de Rodrigues Alves, então Presidente da República. Junto com o médico Oswaldo Cruz, o prefeito da capital brasileira Pereira Passos arquitetou uma campanha obrigatória de vacinação contra a varíola como uma política integrante de um projeto sanitário e higienista da cidade. A atuação, porém, assumiu um caráter autoritário e truculento, já que as casas da população eram invadidas para a adoção das medidas. O alvo principal dessa política eram as famílias pobres, e seu objetivo era a contenção e disciplina da população para que as doenças não ultrapassassem as zonas marginais e chegassem ao centro. Tal medida sanitária desencadeou uma onda de protestos que ficaram conhecidos como Revolta da Vacina, tendo em vista que a vacinação se tornou

requisito para as condições de sociabilidade à época, como matrículas em escolas e mesmo a realização de casamentos (LEITE, 2007).

Junto a isso, as reformas urbanas do prefeito Pereira Passos tinham o intento de renovar a imagem da capital brasileira e adequá-la ao novo ideário modernista da época, importando, principalmente, o modelo europeu. A instauração do regime republicano no Brasil implicou a alteração do quadro político-econômico da época, quando a elite cafeicultora tinha interesse no crescimento da industrialização. Nesse sentido, houve uma reestruturação da área central do Rio de Janeiro por meio da expulsão de famílias que ali habitavam em cortiços para as zonas marginais. A demolição em massa de casas naquela área para o alargamento das ruas ficou conhecido como *bota-abaixo* (LEITE, 2007).

O que percebemos é que, tanto o discurso sanitarista quanto o progressista, propostos pela reforma urbana, produziram um fenômeno no qual se debruçam os mais diversos estudiosos para a compreensão da distribuição populacional urbana: a favelização. A política de embelezamento estratégico da área central do Rio de Janeiro com o *bota-abaixo*, entretanto, não atingiu plenamente o objetivo de afastar a pobreza das vistas da elite, pois, com as demolições, as famílias desalojadas ocuparam os morros que circundavam o centro. Isso porque vários dos operários que trabalhavam no alargamento das ruas eram os próprios moradores dos cortiços demolidos. As famílias expurgadas encontraram nos morros, então, uma alternativa para não se distanciarem tanto do centro da cidade, onde estavam seus postos de trabalho. Os próprios operários das obras de alargamento das avenidas eram moradores de cortiços demolidos (RIBEIRO, 2007). O caráter de controle social de uma população menos abastada em função dos interesses específicos da elite local e a politização dos usos dos espaços urbanos é bastante nítido, nesse cenário.

Além do aspecto propriamente sanitário das reformas, havia o discurso urbanístico que associava, metafórica e politicamente, a necessidade de higienização com a remoção socialmente desejada pelas elites da população mais pobre do centro das cidades. A política sanitarista do início da República foi também um reflexo da tendência francesa de tornar análogos corpo e cidade, a partir da qual se buscava implantar formas eficazes de controle social (LEITE, 2007, p. 117).

Lefebvre (2008b) destaca que a centralidade produz hierarquia e, conseqüentemente, desigualdades. Aos poucos, a cidade sofre um processo de implosão-explosão: atrai e centraliza pessoas, atividades, processos mas, impossibilitada de sustentar toda essa concentração, explode, e os estilhaços são arremessados para longe, constituindo o que conhecemos por subúrbios, periferias, favelas e aglomerados satélites.

As práticas de planejamento e gestão urbana, antes de qualquer outra coisa, seguem o modo de produção capitalista instalado na sociedade hodierna. E se esse sistema é marcado por uma clara hierarquização em diversos campos: “[...] nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias” (VILAÇA, 2011, p. 37). Isto posto, o planejamento e a gestão concretizados pelo Estado e pela sociedade civil, “[...] precisam ser entendidos à luz de uma teia de relações em que a existência de conflitos de interesse e de ganhadores e perdedores, dominantes e dominados, é um ingrediente sempre presente” (SOUZA, 2006, p. 83).

Faz-se necessário refletir, assim, acerca do caráter político-ideológico do planejamento urbano, afinal “a quem se destina o planejamento? Planejar para quem? Qual a lógica do sistema para o qual tais planejamentos são necessários? (BLAY, 1979, p. 17). Meyer (1979) postula que não podemos fugir do centro das discussões sobre a problemática urbana, o fato de vivermos inseridos em um sistema produtivo que supervaloriza a mercadoria e o valor de troca. Seguindo essa premissa, a constituição do espaço urbano e da cidade se conduz a partir

de uma lógica segregada, na qual determinada classe (a dos investidores) sobreporá a outra (a dos construtores) seus propósitos. O espaço urbano e seu desenvolvimento se dão em função do predomínio do valor de troca sobre o seu valor de uso, o que deforma tal desenvolvimento. Este, por sua vez, altera a ideia de centralidade urbana de uma forma desigual para trabalhadores, pois. “o preço do solo urbano/mercadoria determina imediatamente a expulsão dessa massa de trabalhadores para áreas periféricas” (MEYER, 1979, p. 154).

Na ótica de Souza (2006), há que se perceber, ainda, que o planejamento não consegue englobar todos os tipos de circunstâncias futuras e, nesse sentido, compreender a possibilidade das contingências, bem como a ocorrência de fatores adversos, não-planejáveis. O desafio do planejamento está, pois, na capacidade de planejar de modo não-racionalista e flexível e, nesse sentido, o processo de produção do espaço social se vê diante de um dualismo que envolve ambos planejamento e espontaneidade.

A organização funcionalista, privilegiando o progresso (o tempo), faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não pensado de uma tecnologia científica e política. Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade. [...] A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir (CERTEAU, 1998, p. 174).

A cidade simbólica e o espaço vivido

O espaço urbano é construído pelos atores sociais a partir de suas emoções e representações. Nesta perspectiva, “[...] o espaço deve ser considerado a partir de sujeitos sociais e de sua história que é, por sua vez, inscrita no espaço, no construído e no que se apresenta também pela invisibilidade” (NOGUEIRA, 2009, p. 73). Sodré (2008, p. 62) destaca a cidade como um “[...] meio em interação com a sensibilidade e as emoções dos seus habitantes” não é uma abordagem recente e veio se propagando desde o início do Século XX, a partir da expansão de grandes centros urbanos modernos. Para Duarte (2006, p. 106), a análise da percepção da cidade por aqueles que a vivenciam significa que “[...] consideramos que a cidade é tanto a sobreposição irregular das cidades que estiveram antes dela, nela, que foram o antes do que ela é, como também a justaposição das vivências urbanas de seus habitantes e de seus usuários.” É a partir destas considerações que inserimos a perspectiva simbólica no campo de análises da cidade.

O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas. Na sua definição, esse espaço comporta um vetor nulo (virtualmente); a anulação da distância obceca os ocupantes do espaço urbano. É seu sonho, seu imaginário simbolizado, representado de múltiplas maneiras: nos planos, no frenesi dos encontros e aproximações, na atração pela velocidade “até a cidade”. É a u-topia (real, concreta) (LEFEBVRE, 2008b, p. 44).

Sodré (2008, p. 6) destaca que as cidades são importantes espaços de vivência e de comunicação onde se desenvolvem processos subjetivos significativos. As construções humanas na cidade transformam as ruas dos centros urbanos em lugares onde se manifestam subjetivamente, conferindo “uma gama diversificada de signos visuais, imagens de origens diversas, com aspectos, finalidades e tamanhos igualmente variados”, como os grafites. Dessa

forma o lazer na cidade surge como instrumento de manifestação de identidades e subjetividades.

Pesavento (2007) afirma que a cidade não flui de maneira isolada; ela se transforma, ao longo do tempo, por meio das relações de sociabilidade nela desenvolvidas por atores, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. As cidades são, por excelência, um fenômeno cultural porque pressupõem a construção de significados, de *ethos* e de identidades, fenômenos que implicam a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de urbano. Objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam, a cidade também é um fenômeno que brota de emoções e sentimentos pelo viver urbano, pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos que esse habitar proporciona. As cidades são, assim, visíveis, sensíveis e imaginárias.

Segundo Lefebvre (2008b, p. 111), “a cidade se escreve, nos seus muros, nas suas ruas”. Para este autor, a rua não é apenas um lugar transitório, de passagem ou circulação de pessoas; tem desde funções informativas até funções lúdicas e simbólicas. Mais do que isso, a rua constitui uma importante centralidade, um ponto de encontro que desencadeia outros pontos/lugares de encontro, como restaurantes e teatros. A rua é a desordem, lugar de repressão. A cidade centraliza criações, constituindo também um espaço de simultaneidades. Por isso a ideia de que “não existem lugares de lazer, de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação, sem centralidade” (LEFEBVRE, 2008b, p. 91).

Na rua, teatro espontâneo, me torno espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. (...) Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, *apropria-se* dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente acontece na rua¹ (LEFEBVRE, 2008b, p. 27).

Fischer (1997, p. 257) destaca que, “ao inovar em suas formas de apropriação e gestão do espaço, a cidade pode estar garantindo continuidade cultural quando elementos tradicionais são reinventados e reintegrados em novas configurações dinâmicas de ação”. Inovações e continuidades, produtos e processos das dinâmicas urbanas e suas manifestações, podem estar integradas em um mesmo movimento como, por exemplo, nos centros históricos. Fischer (1994) ressalta que ao falar de espaço, falamos de cultura – o berço a partir do qual indivíduos e grupos absorvem códigos de aprendizagem e interações com o ambiente. Entendida em um sentido amplo, agrupa três sistemas: o cultural, o simbólico e o imaginário. E, se as organizações podem ser consideradas culturas – conforme Morgan (1996) – a cidade, organização local por excelência, passa a ser um espaço de ressonância cultural, produtora de continuidades, rupturas e inovações culturais. Assim, a cultura da cidade emerge como espaço de enraizamento, memórias, interação, fronteiras e hibridismo, constroi no tempo identidades, produz e reflete identificações, símbolos, signos e significados (IPIRANGA, 2010).

A noção de cultura no sentido frankfurtiano se situa em um sentido mais específico, ligado à produção de artes, filosofia, literatura e música. Em seus estudos sobre a indústria cultural, foram os primeiros a criticar a cultura e as comunicações de massa (ORTIZ, 1986; KELLNER, 2001), o que nos leva diretamente à análise da dicotomização da cultura em uma cultura de elites, erudita ou alta cultura; e uma cultura popular, cultura de massas ou baixa cultura. Consequentemente, essa diferenciação abre margem para a análise do processo de hierarquização cultural marcado pela ideia de cultura dominante e cultura dominada (MACDONALD, 1964; MORIN, 1980; CANCLINI, 1983; BAKHTIN, 1987; CHARTIER, 1995; BOLOGNESI, 1996; CUCHE, 1999).

Fazendo uma crítica à teoria da indústria cultural da Escola de Frankfurt, Kellner (2001, p. 47) afirma que os representantes desta escola “[...] evitaram a política concreta e em geral situaram a resistência nos indivíduos, como eles mesmos, e não em grupos, movimentos ou práticas sociais oposicionistas [e que, em função disso] a Escola de Frankfurt, em última análise, é fraca na formulação de práticas de oposição e nas estratégias culturais contra-hegemônicas”. Nos anos 1960, os estudos desenvolvidos pelos integrantes do *Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies*, também conhecidos como estudos culturais britânicos, conferiram uma abordagem desafiadora sobre a cultura:

Os estudos culturais britânicos situam a cultura no âmbito de uma teoria social, especificando os modos como as formas culturais serviam para aumentar a dominação social ou para possibilitar a resistência e a luta contra a dominação [...] Baseando-se no modelo gramsciano de hegemonia e contra-hegemonia, os estudos culturais analisam as formas sociais e culturais “hegemônicas” de dominação, e procura forças “contra-hegemônicas” de resistência e luta (KELLNER, 2001, p. 47).

Nesse sentido, os estudos culturais britânicos tinham como foco um projeto político de transformação social por meio da subversão da distinção entre cultura superior e cultura inferior a partir da valorização de formas culturais ignoradas por outras abordagens como o cinema, a televisão e a música popular. A inovação desses estudos esteve em analisar as influências das comunicações de massa em processos de dominação, subordinação e oferecendo uma crítica às formas de cultura que propiciam esse cenário, como o estudo das resistências (KELLNER, 2001).

Falar de cultura “dominante” ou de cultura “dominada” é então recorrer a metáforas; na realidade o que existe são grupos sociais que estão em relação de dominação ou de subordinação uns com os outros. Nesta perspectiva, uma cultura dominada não é necessariamente uma cultura alienada, totalmente dependente. É uma cultura que, em sua evolução, não pode desconsiderar a cultura dominante (a recíproca também é verdadeira, ainda que em um grau menor), mas que pode resistir em maior ou menor escala à imposição cultural dominante (CUCHE, 1999, p. 145).

A existência de níveis culturais (cultura de elites e culturas populares) deixa em aberto outras questões, dentre elas, a questão do consumo cultural, isto é, de que forma os espaços de produção cultural são distribuídos e como ocorrem os processos de consumo dessas culturas? Canclini (1999, p. 53) define o consumo como o “[...] conjunto de processos sócio-culturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos”. A questão do consumo cultural também foi problematizada pela indústria cultural, na qual a cultura é transformada em mercadoria e, como qualquer outro produto ou serviço, é fruto de um processo produtivo que, ao final, é distribuída e posta à venda. Nesse processo, cuja intenção é a completa naturalização da reificação do produto cultural, seu valor de troca acaba se sobrepondo ao seu valor de uso (ADORNO; HORKHEIMER, 1985; BOLOGNESI, 1996; LEFEBVRE, 2008a). Na concepção de indústria cultural, portanto, há a

[...] transferência do conceito do fetichismo da mercadoria para a problemática da arte e da cultura. O problema artístico e cultural, nesse contexto, desloca-se das matrizes intrínsecas do seu fazer e estende-se até o circuito total de sua produção, reprodução e consumo. Isto é, já não se fala explicitamente de obra de arte, mas sim de uma mercadoria de natureza cultural, gerada de acordo com a lógica e os atributos industriais (BOLOGNESI, 1996, p. 77).

O consumo cultural segue um caráter de segmentação também em relação aos espaços sociais. Se “[...] a sociedade é concebida como um conjunto hierárquico e antagonista de

relações sociais caracterizadas pela opressão das classes, sexos, raças, etnias e estratos nacionais subalternos”, na questão cultural não ocorre algo diferente. Para Cucho (1999. 143), um determinado espaço social está sempre permeado por uma hierarquia cultural, o que implica relações sociais também desiguais, pois “[...] as culturas nascem de relações sociais que são sempre relações desiguais”.

Milagres, Kapp e Baltazar (2010, p. 2) destacam que a apropriação dos espaços públicos é apenas uma parte da discussão cidadina, quando também necessário é desenvolver um debate que inclua a sua produção coletiva. Isso porque a reflexão – e, principalmente, os fins da criação de espaços públicos – não deve se circunscrever aos especialistas que a projetaram, mas ser direcionada às intervenções, à produção coletiva. O planejamento urbano, no entanto, ao priorizar a circulação de carros, mercadorias e pessoas em detrimento das possibilidades de ocupação e transformação dos espaços urbanos, limita essas intervenções por parte da população. “Juntas, a lógica do lote privado e a lógica da gestão centralizada interditam o engajamento das pessoas no espaço público cotidiano”.

Outro ponto importante que não pode ficar de fora na discussão sobre a urbanidade diz respeito ao aspecto político das cidades. Carlos (2008) destaca a cidade como um campo de manifestações políticas, já que o espaço citadino, por natureza, implica uma sociedade hierarquizada, dividida em classes. Nesse sentido, é comum que haja disputas para a ocupação de um mesmo espaço por diferentes indivíduos ou grupos de indivíduos. Misoczky et al. (2011) apresentam conflitos que se estendem há mais de cinco anos em torno do Centro Comercial Nova Olaria, em Porto Alegre. Inicialmente frequentado pela classe média porto-alegrense, em sua maioria homossexuais, após certo tempo este espaço passou a receber outro público, com poder aquisitivo inferior e que, por tal motivo, não foi bem recebido. A partir dessa rejeição o lugar se transformou em um território de resistência e luta.

Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua. (...) Trata-se de uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação do espaço que o poder autoriza quando permite a realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto à verdadeira apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o enquadramento (LEFEBVRE, 2008b, p. 28-29).

Aspectos metodológicos

O ponto de partida para a realização desta pesquisa foi o seu objeto: um movimento de apropriação física e simbólica do espaço central de Belo Horizonte chamado Quarteirão do *Soul*. Nosso objetivo foi identificar de que forma os participantes do Movimento Quarteirão do *Soul* (re)significam os sentidos da produção e da distribuição espacial na cidade de Belo Horizonte. Com essa problemática buscamos compreender de que forma os sujeitos modificam as atribuições quanto aos usos do espaço urbano produzido ao estabelecerem vínculo com ele por meio de territorializações. Por se tratar de um estudo que priorizou os sujeitos, bem como as representações e significados das suas práticas territoriais, desenvolvemos um estudo qualitativo, tendo em vista que esse tipo de pesquisa permite certa liberdade para escolher, combinar e, até mesmo, criar práticas e métodos de pesquisa que se ajustem de modo mais pertinente ao objeto e ao contexto que se deseja estudar (DENZIN; LINCOLN, 1994).

A operacionalização da pesquisa aconteceu por meio da coleta de entrevistas, partindo de um roteiro semiestruturado, e por meio da observação direta do espaço e das relações sociais estabelecidas, também com base em um roteiro semiestruturado. Essas técnicas de coleta foram complementadas com registros fotográficos que, no trabalho original, ilustraram os elementos pesquisados. As entrevistas foram realizadas com 15 pessoas no total, entre

participantes do Quarteirão do *Soul*, moradores e comerciantes das Ruas Goitacazes e Santa Catarina, e representantes da Prefeitura de Belo Horizonte. Para a análise das entrevistas, utilizamos a técnica da análise do discurso, na vertente francesa. Em função da limitação de espaço, neste trabalho, suprimimos a apresentação dos depoimentos coletados, utilizando apenas as análises das entrevistas. Assim, na seção seguinte, os vocábulos disponibilizados em itálico reproduzem, literalmente, trechos dos depoimentos dos entrevistados.

(Res)significação do tempo-espaço urbano: a territorialização do Movimento Quarteirão do *Soul*

Como presente em vários depoimentos dos entrevistados, a principal causa da criação do Movimento Quarteirão do *Soul*, na Rua Goitacazes, foi o desejo de lembrar os momentos de lazer com os *antigos amigos*, nos salões dos bailes de *soul music*, comuns na cidade de Belo Horizonte, na década de 1970. Durante a existência dos bailes, alguns dos *blacks*ⁱⁱ estavam vivenciando sua juventude. Assim, a criação do Quarteirão do *Soul* possibilitou a oportunidade, não apenas de *reviver* as danças, as músicas e a moda da época, mas também de reestabelecer o contato com as *pessoas da antiga*, as amigas criadas nos salões dos bailes e que foram se afastando em função da escassez dos encontros. O discurso do saudosismo, da nostalgia e da amizade se fez presente nos depoimentos dos entrevistados, que atribuem ao passado um período importante de construção de relacionamentos, sejam amistosos ou amorosos. Nos dias atuais, o *enferrujado* natural da meia idade não impede que eles deem uma *experimentada de novo* na dança, o que implica a ressignificação do tempo e das relações sociais (o estar velho não está atrelado à idade, mas a uma postura, a um comportamento).

No decorrer das apresentações do Quarteirão do *Soul* na Rua Goitacazes, o alto volume do som e a lotação do espaço fizeram com que os moradores da região se mobilizassem, *pedindo que o evento deixasse de existir naquele local*. As constantes reclamações resultaram em reuniões para solucionar o conflito da multiterritorialidade na Rua Goitacazes. Dessas reuniões participavam representantes do Quarteirão do *Soul*, tanto os *líderes*, quanto *pessoas que participavam ativamente* dos movimentos; um *gestor* representante da Prefeitura de Belo Horizonte – Regional *Centro Sul*; a *comunidade*, representada por *comerciantes* e moradores; um representante do hipercentro; e uma *assistente social*. Após as discussões, os representantes da Prefeitura cassaram o alvará para a realização do evento na Rua Goitacazes e sugeriram que ele pudesse ocorrer em outro local, desde que não compreendesse um espaço residencial. Desde 2010, então, o Movimento acontece na Rua Santa Catarina.

Na ótica do representante da Prefeitura, a mudança foi positiva, visto que a Rua Santa Catarina é *um local muito melhor que na Goitacazes*, uma vez que os participantes *estão muito mais satisfeitos no local onde em que estão hoje do que o que eles estavam*. Essa percepção, entretanto, não condiz com a realidade. A estrutura necessária para a realização de um evento como o Quarteirão do *Soul* não existia na Rua Goitacazes, assim como também não existe na Rua Santa Catarina, apesar de o Movimento funcionar mediante alvará de autorização. Ademais, a relação sociossimbólica do Quarteirão do *Soul* com a Rua Goitacazes não foi determinante na decisão de remanejamento dos *blacks* daquele local, tendo prevalecido elementos políticos e econômicos sobre os de ordem simbólica e cultural.

A existência do Quarteirão do *Soul* na Rua Goitacazes possibilitou a criação de um vínculo identitário com o lugar até os dias de hoje, principalmente pelo por ter sido surgido e se desenvolvido ali o movimento. A nostalgia dos membros fundadores, ao lembrar os momentos do Quarteirão do *Soul* na Rua Goitacazes, foi discursivamente explícita, principalmente com a menção das expressões *saudade*, *matar a saudade* e *sonho* [de para lá retornar]. De acordo com os depoimentos, foi possível perceber que, mesmo após o

remanejamento para a Rua Santa Catarina, os *blacks* ainda alimentam a esperança de realizar o Quarteirão do *Soul* na Rua Goitacazes, seja de modo aleatório – como em uma eventual comemoração do *aniversário* do Movimento – ou recorrente, pelo retorno definitivo ao local (um *sábado por mês eu ficaria satisfeito e se o Quarteirão voltasse pra cá eu adoraria*).

Nessa perspectiva, os espaços sociais ultrapassam questões instrumentais do espaço planejado, construído, como a organização de políticas de revitalização pois, para além dos aspectos de gestão e de produção do espaço urbano, a cidade também é lugar de significações, de como diferentes grupos sociais reinterpretam essa produção. Isto é, a cidade é um espaço de representações (LEFEBVRE, 1991; 2008a; LEITE, 2007). Assim, a Rua Goitacazes ultrapassa a condição de espaço sujeito a intervenções urbanas em nível de gestão e se estabelece como lugar, propício ao enraizamento de práticas e memórias de grupos sociais que dela se apropriam (PESAVENTO, 2007).

A noção do espaço como mero instrumento de organização e alocação de pessoas, processos e recursos é reducionista, pois “[...] o espaço deve ser considerado a partir de sujeitos sociais e de sua história que é, por sua vez, inscrita no espaço, no construído” (NOGUEIRA, 2009, p. 73). Nas práticas territoriais, por sua vez, os indivíduos exercem relações de poder no espaço por eles ocupado, assim como desenvolvem vínculos identitários. A menção do vocábulo *Quarteirão do Soul Goitacazes ficou marcado na memória de todos os blacks de Belo Horizonte* evidenciou que, nesse espaço, os sujeitos construíram suas emoções e representações, algo que, entretanto, foi considerado como secundário nas reuniões de conciliação que culminaram na mudança dos *blacks* para a Rua Santa Catarina.

Apesar dos confrontos que desencadearam a mudança dos *blacks* de lugar, a convivência com os comerciantes na Rua Goitacazes ocorria de maneira positiva, principalmente por ser uma rua com grande concentração de bares – a presença de público durante o evento favorecia o comércio de bebidas. Para os comerciantes, a existência do Quarteirão do *Soul* nesta rua constituiu um paradoxo pois, ao mesmo tempo que lhes era benéfico do ponto de vista turístico-comercial, e para uma parcela de pessoas que estavam na rua, havia uma parcela de pessoas que se incomodava com a realização do evento.

A ação da Prefeitura de impor a mudança do Quarteirão do *Soul* da Rua Goitacazes para a Rua Santa Catarina foi ao encontro dos objetivos dos moradores da Rua Goitacazes que reivindicavam o fim do Movimento naquela rua. O representante da Prefeitura entrevistado explicitou o fato de haver, em um *primeiro momento*, uma *preocupação* dos participantes do Quarteirão do *Soul* em relação ao processo de mudança, principalmente, em relação ao vínculo dos participantes com a Rua Goitacazes, visto que este lugar *já ser um local histórico, um local consolidado* para os *blacks*. Segundo ele, o temor pela mudança também existia em função da incerteza da presença de público no novo local (seleções lexicais: *medo; temerosos; e esvaziar*), embora tenha sugerido que isto não ocorreu (*parece que até aumentou; e tem aumentado constantemente o público*).

Contudo, a notícia do fim do Movimento da Rua Goitacazes foi recebida com tristeza e *pesar* (seleções lexicais: *a gente sentiu; não gostei, que o forte era aqui; e foi horrível*). Os textos revelaram o interdiscurso entre a resignação em relação à mudança (*a gente vai lá porque a Prefeitura mandou nós pra lá*) e o alívio pelo Movimento não ter acabado (*a única coisa que foi boa foi porque não acabou*). Nesse sentido, por mais que a mudança tenha representado um fator negativo para os participantes do Quarteirão do *Soul*, mais negativo ainda seria não terem a autorização formal para existirem em lugar algum.

O vínculo dos *blacks* com a Rua Goitacazes pôde ser visualizado nos léxicos *lá era melhor, o forte era aqui e a gente acostumou muito aqui*. Os enunciadores apresentam comparações entre as Ruas Goitacazes e Santa Catarina e ressaltam os contrapontos entre os lugares por meio dos vocábulos *mas e apesar* e dos advérbios de lugar *lá e aqui*. Em seu fragmento, o enunciador faz menção ao passado, com tom de saudosismo e nostalgia ao

comparar os lugares (*não é igual antigamente*), e ao futuro, ao temer a *mudança da cidade* pela Prefeitura com a chegada da *Copa do Mundo* e, com isso, terem que ir para *outro lugar* novamente. Em relação ao presente (*por enquanto*), o enunciador manifestou a incerteza quanto a um local fixo para as apresentações do Quarteirão do *Soul*, de modo resignado, *porque não tem outro lugar pra gente ir*. O implícito pressuposto do texto é que o lugar ao qual o enunciador gostaria de estar é na Rua Goitacazes.

A realização do Quarteirão do *Soul* na Rua Santa Catarina apareceu como uma condição imposta, na qual não houve alternativas para a realização do evento em outro local (*mas ali é o lugar que a Prefeitura deu, né*). Apareceu, ainda, como um processo de adaptação, no qual as pessoas foram se *acostumando*, embora ainda permaneça o desejo de retornar à Rua Goitacazes (*mas bem que eu gostaria que fosse aqui, oh*). Embora haja a divergência entre os espaços e a preferência à Rua Goitacazes, a ideia de que *quem faz o lugar é a gente* implica a concepção de que lugares são meios onde se estabelecem experiências, significados e simbolismos humanos (MESQUITA, 1998; IPIRANGA, 2010).

Para os entrevistados, a Rua Goitacazes se destaca em relação à Rua Santa Catarina pelo fato de ser um local onde há uma movimentação mais intensa de transeuntes, fato que favorecia uma presença mais constante de público durante o evento (seleções lexicais: *lá era passarela pro shopping; via aquele movimento, parava; tem o Mercado; e lá na Goitacazes era melhor*). Os vendedores informais que atuam no Quarteirão do *Soul* apresentaram a Rua Goitacazes como um local *melhor* que a Rua Santa Catarina em do *nível* das pessoas que habitam e/ou frequentam esta rua, visto que na Rua Santa Catarina existe uma *concentração de pessoas da rua*.

O implícito subentendido do discurso é que a presença de moradores de rua durante a apresentação do Quarteirão do *Soul* não é algo positivo para o Movimento. Por serem vendedores, o implícito pressuposto de seu discurso é que a presença desses andarilhos no evento assusta o público e afasta as possibilidades de consumo. O que se revela é que questões econômicas e comerciais se sobrepõem, mais uma vez, ao simbolismo do lugar Rua Goitacazes para outros integrantes do Quarteirão do *Soul*. Um dos vendedores corroborou essa visão ao não atribuir diferenças entre as duas ruas e se ater apenas ao aspecto comercial (seleções lexicais: *não mudou nada não; e a mesma coisa que vende lá, vende aqui também*).

A luta dos *blacks* pela manutenção do Quarteirão do *Soul* não está restrita à existência do Movimento mas, entre outras questões, está atrelada ao fato de que existe uma ligação simbólica dos participantes com a rua, principalmente por considerarem este espaço ideal para a realização do evento. Para um dos membros fundadores do Quarteirão do *Soul*, *a rua é arte, é povo*, é o espaço onde as pessoas podem externar livremente suas emoções, suas aptidões, seus dons. Na rua eles conseguem chamar a atenção dos transeuntes na Rua Santa Catarina, transformando em inusitado o fato de uma festa estar acontecendo a céu aberto, conforme as seleções lexicais: *a arte tem que ser mostrada; chama mais atenção; fechado; e ninguém vai ver a arte*. Isso porque a rua é *um ponto de encontro*, um lugar para onde convergem pessoas de todas as classes, de diversos outros lugares, facilitando a divulgação do Movimento (*na rua você vê todo mundo; rico, pobre, mendigo*). O discurso deixa um implícito subentendido que a arte não existe apenas em galerias ou salões fechados, pois acabam restringindo o acesso das pessoas. Ao ocorrer *na rua, pro povo*, a arte assume um *status* de democratização, expandindo qualquer tipo de fronteira.

Ao se estabelecer a rua como um espaço para *lazer*, esta deixa sua característica de passagem (entrelugar) e se transforma em lugar, passível de estabelecer conexões identitárias, relacionais e históricas (AUGÉ, 2007). Dessa forma, o fato de o Quarteirão do *Soul* ocorrer na rua possibilita que não apenas seus participantes revivam a década de 1970, mas o próprio transeunte, que está *passando, de repente vê, então revive aqueles momentos que eles pensaram que tinha acabado*. Apesar da tentativa de realizar o evento em locais fechados (*um*

lugar fechado a gente não encontrava; já tentaram fazer em lugar fechado, não conseguiram), na rua o Movimento se tornou inovador (*na rua nunca teve esse negócio*). Para os membros do Quarteirão do *Soul*, a realização do Movimento na rua acontece por outros motivos, como a falta de recursos para custear, toda semana, o evento em um espaço fechado.

As pessoas não tem dinheiro, é muita gente pobre ali, ali pegou porque é na rua, em um lugar e cobra dez reais não lotava e por causa da rua a Flashⁱⁱⁱ agora caiu bastante foram léxicos mencionados para atribuir a realização do Quarteirão do *Soul* na rua pela falta de recursos financeiros para o custeio de um evento em um local privado, embora se levante a questão do costume (*com o tempo ia acostumando entrar no clube, pagar*). A falta de um espaço específico também foi um motivo alegado pelos enunciadores para a realização do evento na rua (*porque não tem lugar; clube no centro não tem*). Como implícito pressuposto, a indefinição de um valor para a participação no evento sobrecarrega seus organizadores na sua manutenção. Como destacado por um membro fundador, um dos elementos principais para a realização do Quarteirão do *Soul* na rua está ligado ao aspecto da centralidade (*tem que ser uma coisa central*), o que também é reforçado por outros participantes.

Para os participantes do Quarteirão do *Soul*, o Movimento tem representações diversas, mas todas relacionadas com o bem-estar dos envolvidos ao participarem do evento. *Luz, felicidade, terapia de fim de semana, prazer, alegria, dança, ginástica, saúde e relaxa* são os léxicos que indicam as representações do Quarteirão do *Soul* para os participantes do Movimento. A descontração dos momentos de lazer, o alívio do estresse familiar e profissional, e o benefício para a saúde são os percursos semânticos que sustentam a construção dos discursos, que explicitam a intensa ligação dos sujeitos com o Quarteirão do *Soul*. O implícito subentendido é que o Movimento está enraizado na rotina dessas pessoas, que aguardam o fim da semana de trabalho para dançarem no Movimento no sábado à tarde.

A abordagem sobre o futuro do Movimento envolve, principalmente, o desejo de que ele possa acontecer ainda por bastante tempo. Os discursos da incerteza (*Deus sabe; não sei; será que eles vão deixar a gente na rua?*) e da esperança (*rezo que continue; muito tempo; se acabar aquilo ali, nossa!; e esse movimento da rua não pode nem pensar...*), dividiram espaço com o discurso da finitude (*uma hora aquilo ali vai acabar; no futuro o movimento acaba*). A *Copa do Mundo* apareceu como um dos motivos para a intranquilidade dos fundadores, principalmente em função das reestruturações urbanas que ocorrerão até a realização do evento, o que pode ocasionar a realocação ou mesmo a extinção do Quarteirão do *Soul* (*cada dia muda a lei*). A expressão *banidos da rua* deixa como implícito subentendido que os participantes do Quarteirão do *Soul* poderiam ficar sem o direito de utilizar a rua como um espaço de manifestação e afirmação de sua identidade com a cultura *soul*. O implícito pressuposto é que, a partir da reorganização do espaço urbano, o enunciador considera, de modo resignado, a possibilidade de que o Movimento sofra novos manejos ou mesmo acabe.

Os argumentos sobre as representações do Quarteirão do *Soul* reforçam a teoria de que o espaço urbano é construído social e historicamente pelos atores sociais a partir de suas emoções e representações, pois a cidade é um meio que favorece a interação e a sociabilidade motivados pelas emoções de seus habitantes (NOGUEIRA, 2009; SODRÉ, 2008). Na conclusão desta seção, reforçamos os argumentos de Leite (2007) e de Lefebvre (1991; 2008a) para ressaltar a concepção da produção social do espaço urbano como uma construção simbólica, o que implica diferentes formas de apropriação e sentidos de pertencimento e diferentes representações. A cidade flui, assim, para além do espaço planejado, produzido e construído (representação do espaço), chegando até a forma como os diferentes grupos sociais representam essa produção, isto é, o espaço percebido, vivido (espaço da representação). Nesse sentido, a territorialidade do Quarteirão do *Soul* altera o planejamento da Rua Santa Catarina, produzida para atender a finalidades comerciais, o que constitui um contra-uso do espaço produzido (LEITE, 2007), a partir da ressignificação da dinâmica territorial local.

Considerações finais

As pesquisas sobre os temas da territorialidade e da cidade ainda são incipientes nos estudos organizacionais, o que demanda um olhar mais atento dos pesquisadores da área. Isto porque: 1) estudar a territorialidade nas organizações implica estudar elementos que envolvem relações de poder e aspectos identitários e simbólicos, temas fortemente associados à organização; e 2) a cidade como ambiente organizacional oferece amplas possibilidades para o estudo e desenvolvimento de instrumentos que ampliem sua gestão, além da análise e compreensão de artefatos de ordem simbólica manifestados por seu povo. O estudo da territorialidade e da cidade, de maneira integrada, torna-se um desafio, e o desenvolvimento de pesquisas nessa linha possibilitaria propostas mais ousadas no sentido de avançar nas perspectivas dos estudos organizacionais.

Em relação à dimensão simbólica, notamos que o Quarteirão do *Soul* surgiu e existe até hoje pelo resgate da época de juventude do grupo que o compõe. O Movimento se destaca, assim, pela ressignificação de tempo e de espaço, onde o viver a cidade, a partir de uma memória coletiva (HALBAWCHS, 2006), altera a dinâmica de um local para que seus participantes reafirmem sua identidade com a cultura *soul*. A relação dos *blacks* com a rua foi algo marcante na pesquisa, já que, a todo momento, durante as entrevistas, havia uma comparação direta entre as Ruas Goitacazes e Santa Catarina, além da expressão de sentimentos como saudosismo e resignação pelo fato de o Movimento ter sido remanejado da Rua Goitacazes. Na busca da consolidação de um [novo] território, o alvará de funcionamento é tido como um instrumento de legitimação, que afirma o sentido de pertencimento dos *blacks* em relação à Rua Santa Catarina.

O Quarteirão do *Soul* não possui um território próprio, encontra-se no limbo. Entre os *blacks* há o medo e a incerteza quanto à permanência do Movimento na Rua Santa Catarina, visto que já foram realocados uma vez e não sabem o que poderá acontecer no futuro, dada a reincidência de conflitos em função da divisão de espaço. A realocação do Quarteirão do *Soul* de uma área próxima a centros turístico-comerciais tradicionais na cidade de Belo Horizonte para um espaço sem essa característica demonstra que a ação da Prefeitura foi ao encontro dos interesses do grupo comercial, sendo politicamente dirigida para afastar qualquer empecilho dos “olhos do consumo”. Associamos essa prática à noção de que a distribuição espacial no urbano se expressa de uma forma segregativa e diferenciada, pois é o processo de reprodução do capital que determina as ocupações do espaço por seus segmentos sociais, tendo como base a propriedade privada (CARLOS, 1994). O caráter de segregação da sociedade se mostra presente também no âmbito cultural (LECHNER, 2004), o que nos leva a problematizar a negligência ou mesmo ausência de espaços voltados para as camadas populares e suas manifestações culturais (já que, para a alta cultura, há uma assistência constante e enfática).

A questão cultural tratada no âmbito do consumo implica um olhar diferente para manifestações artísticas de cunho popular na medida em que atividades espontâneas e sem o objetivo de retorno econômico não são incentivadas, divulgadas e amparadas da mesma forma que formas culturais voltadas para o consumo. A elaboração de articulações temáticas para a reflexão crítica da relação entre cultura e espaço urbano não se dá, entretanto, de modo simples, pois “[...] trata-se, portanto, de refletir/experimentar as derivas urbanas do corpo contemporâneo em torno das novas formas de urbanidade, inclusive aquelas capazes de negar a própria cidade” e, nesse sentido, as práticas e formas artísticas e culturais podem ser encaradas enquanto ferramentas de microrresistência urbana (BRITTO; JACQUES, 2009, p. 346). Nesse sentido, a agenda de pesquisas sobre práticas territoriais em uma perspectiva interpretivista ou crítica viria no sentido realizar estudos que explorem as formas como os

distintos grupos ocupam o espaço urbano e a ausência de políticas culturais de cunho popular em detrimento da valorização de expressões culturais de caráter econômico.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2007.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BLAY, E. A. Crise urbana ou crise de reprodução do capital? In: BLAY, E. A. (Org.). **A luta pelo espaço**. Textos de sociologia urbana. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BOLOGNESI, M. F. A mercadoria cultural. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 19, p. 75-86, dez. 1996.
- BRITO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 2, p. 337-350, maio/ago. 2009.
- CANCLINI, N. G. Políticas culturais na América Latina. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 2, p. 39-51, jul. 1983.
- CANCLINI, N. G. El consumo cultural: una propuesta teórica. In: SUNKEL, G. (Org.). **Consumo cultural en América Latina**. Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1999.
- CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 40-53, maio 2002.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.
- CUCHE, D. A. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994.
- DUARTE, F. Rastros de um rio urbano – cidade comunicada, cidade percebida. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 105-122, jul./dez. 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades, ressonâncias. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

- FISCHER, G. N. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J.-F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. v. 2. São Paulo: Atlas, 1994.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- IPIRANGA A, S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, jan./fev. 2010.
- KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.
- LECHNER, N. Os desafios políticos das mudanças culturais sob a democracia. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 68, p. 3-21 mar. 2004.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008a.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008b.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2007.
- LEMONS, C. B. Construção simbólica dos espaços da cidade. In: MONTE-MOR, R. L. M. (Coord.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.
- MACDONALD, D. A theory of mass culture. In: ROSEMBERG, B.; WHITE, D. (Ed.). M. **Mass culture: the popular arts in America**. London: Collier Macmillan, 1964.
- MESQUITA, Z. Espaço, território e lugar: estas palavras ciganas. **Educação, Subjetividade & Poder**, Porto Alegre, v. 5, p. 64-75, jul. 1998.
- MEYER, R. M. P. Segregação espacial – Brasília. In: BLAY, E. A. (Org.). **A luta pelo espaço**. Textos de sociologia urbana. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MILAGRES, L.; KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. A produção do espaço cotidiano de uso público. **V!RUS**, São Carlos, n. 4, p. 1-15, dez. 2010.
- MISOCZKY, M. C.; CERQUEIRA, P. R.; CAMARA, G. D.; COTO, G. C. De território de consumo a território de luta pela livre orientação sexual: os conflitos em torno do Centro Comercial Nova Olaria (Porto Alegre). In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXV, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.
- MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
- MORIN, E. **Cultura de massas no Século XX: o espírito do tempo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.
- NOGUEIRA, M. L. M. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 1, p. 69-86, jan. /abr. 2009.

ORTIZ, R. A Escola de Frankfurt e a questão da cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 43-65, jun. 1986.

PECHMAN, R. M. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jul. 2007.

RIBEIRO, A. C. R. **Identidade e resistência no urbano**: o Quarteirão do *Soul* em Belo Horizonte. 2008. 193 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SODRÉ, R. F. **Tintas nos muros**: um estudo sobre a produção de grafite no Rio de Janeiro. 2008. 242 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução à crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VILAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, jan. /abr. 2011.

Notas

ⁱ Grifo do autor.

ⁱⁱ Comente, os participantes do Quarteirão do *Soul* chamam uns aos outros de *black*, em referência à cultura da *black music/ soul music* e da caracterização destes estilos musicais à pessoas negras.

ⁱⁱⁱ Boate Flash Dance.